



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27.^a CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2013.0000746845

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0000559-58.2008.8.26.0104, da Comarca de Cafelândia, em que é apelante NEUSA BERENTANI (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado SOFIA MUNHOZ RIBEIRO (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)),

ACORDAM, em 27^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente), MORAIS PUCCI E CLAUDIO HAMILTON.

São Paulo, 26 de novembro de 2013.

Gilberto Leme
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação com revisão n.º 0000559-58.2008.8.26.0104

Comarca: Cafelândia
Apelante: Neusa Berentani (Justiça Gratuita)
Apelado: Sofia Munhoz Ribeiro (menor representada)

ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DE AMBOS OS PAIS DA AUTORA, MENOR IMPÚBERE. CULPA ATRIBUÍDA À CONDUTORA DO OUTRO VEÍCULO, TAMBÉM FALECIDA NA OCASIÃO.

Apelo que não se volta contra o mérito da causa. Trânsito em julgado da sentença com relação à culpa. Inconformismo que se limita ao quantum indenizatório, sob o único argumento de que as forças da herança seriam insuficientes para arcar com o valor total da condenação por danos materiais, morais e pagamento de pensão mensal. Impossibilidade. A apuração da quantia devida não é influenciado pela capacidade de pagamento da herança, o que deverá ser objeto de debate na fase de execução. Recurso desprovido.

VOTO N.º 8.094

Trata-se de recurso de apelação interposto à r. sentença que julgou parcialmente procedente ação de indenização por danos materiais e morais fundada em acidente de trânsito, condenando a requerida ao pagamento de pensão mensal equivalente a um salário mínimo mensal devido desde a data do evento até a data em que a autora completar vinte e cinco anos de idade, acrescida do pagamento de indenização da importância correspondente a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

cem salários mínimos a título de indenização por danos morais, e a R\$ 37.775,00 pelos danos materiais ocasionados, arcando ainda com o pagamento das custas processuais e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor da condenação, observada a gratuidade.

Recorre a ré, alegando que o patrimônio deixado pela causadora do dano não é suficiente para cumprir a condenação, pois não ultrapassa o valor de R\$ 15.620,63 em valores de 18.7.2006. Alega ainda que é pessoa de poucas posses, sem condições de efetuar o pagamento da pensão mensal a que foi condenada. Requer a reforma da sentença para que seja arbitrado o valor correspondente a 1/3 de seus vencimentos percebidos a título de pensão, adequando ainda a indenização por danos materiais ao quinhão hereditário recebido pela apelante.

Recurso tempestivo, preparado e respondido (fls. 355/358).

É o relatório.

Infere-se do processado que em 7.5.2006, na Rodovia Marechal Rondon ocorreu acidente envolvendo veículos conduzidos pelos pais da autora-apelada e pela filha da ré-apelante, resultando na morte dos primeiros e em danos materiais graves à autora, que pleiteia ressarcimento por danos materiais e morais decorrentes do evento, cuja culpa atribui à filha da ré, que dirigia em velocidade excessiva, em estado de embriaguez e na contramão de direção.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Não houve insurgência da ré com relação à culpa da causadora do acidente, cingindo-se o debate a respeito dos limites da herança da causadora do acidente.

Porém, também com relação a este aspecto não merece reforma a sentença, porquanto não se possa limitar a condenação com base numa estimativa de herança que não foi ainda objeto de partilha. Ainda que seja a requerida a única herdeira da falecida, e que seja possível aventar a insuficiência do patrimônio por ela deixado para responder pela totalidade da condenação, é certo que descabe a discussão do tema nesta sede. Isto porque a falta de meios para quitar as obrigações não é tema afeto à responsabilidade civil.

Com efeito, se foi o prejuízo material apurado em processo com dilação probatória e ampla instrução, não se pode reduzi-lo por conta de não dispor a condenada de bens suficientes para responder por ele, quer se cuide de espólio ou de responsabilidade transmitida a seus sucessores.

Despiciendo notar, contudo, que a condenação não pode ultrapassar as forças da herança pela aplicação do artigo 1.821 do Código Civil, assim redigido: "É assegurado aos credores o direito de pedir o pagamento das dívidas reconhecidas, nos limites das forças da herança".

Entretanto, disciplina o art. 1.792 do Código Civil a hipótese da inexistência de inventário, que leva à responsabilização ilimitada dos herdeiros, nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

seguintes termos: "O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo de houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados".

Portanto, é responsabilidade da ré providenciar o inventário dos bens deixados por sua filha falecida. Caso não o faça, e também não logre provar de forma inequívoca o valor da herança, terá que responder pela integralidade da condenação.

Caso contrário, eventual limite será estabelecido apenas na fase executiva, na qual se verificará que a execução forçada terá um limite consistente nas forças da herança e será preciso apurá-lo, porquanto a execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor.

Inexistindo insurgência quanto ao mérito da questão, portanto, tem-se que os argumentos concernentes à insuficiência da herança para responder por ela não têm o condão de desconstituí-la, como, aliás, ficou consignado no parecer da Procuradoria de Justiça (fls. 364/370).

Pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

GILBERTO LEME
Relator